

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 762 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1998



O plenário do Senado teve uma semana movimentada, em que apreciou 11 matérias

## Plenário já votou 367 matérias neste ano

Balanco mostra que senadores apreciaram 11 propostas na semana. Aprovação das primeiras MPs do ajuste marca atividades do Congresso

O plenário do Senado apreciou 367 matérias desde o início do ano. Somente nesta semana foram votadas 11 propostas. No Congresso Nacional, o início da votação das medidas provisórias do ajuste fiscal marcou o balanço das atividades da semana. Senadores e deputados aprovaram,

também, resolução regulando, em caráter excepcional, a tramitação do Orçamento de 1999. Prazos serão reduzidos e procedimentos, simplificados, para se votar a proposta orçamentária ainda neste ano. As comissões do Senado também tiveram muitas atividades.

PÁGINA 6

## Senado premiado em feira

PÁGINA 6

## Príncipe Albert visita Congresso

PÁGINA 7

## CAE aprova crédito para Ceará

PÁGINA 8

## PLENÁRIO

### Aposentados poderão comprar ações de estatais privatizadas

O plenário aprovou ontem projeto de lei que permite aos aposentados participar do processo de privatização. O texto votado seguiu para sanção do presidente da República. Os se-

nadores aprovaram ainda três concessões de rádio e TV, além de dois projetos de resolução que autorizam os governos do Maranhão e de Rondônia a contratar novas operações de crédito.

PÁGINA 3



## AJUSTE FISCAL Suplicy crê em déficit menor na Previdência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou ontem os números apresentados pelo governo sobre o déficit da Previdência. Em vez dos R\$ 42,2 bilhões anunciados, ele crê em no máximo R\$ 17,1 bilhões.

PÁGINA 5



Depois de receber ontem o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos rejeitou a idéia de se criar uma comissão para investigar denúncia contra presidente Fernando Henrique

## ACM condena CPI e pede prioridade para ajuste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, condenou ontem a proposta de se criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a possível ligação do presidente Fernando Henrique Cardoso com uma empresa no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, no Caribe. "O

Congresso não pode perder tempo e deixar de votar questões importantes como o ajuste fiscal", disse Antonio Carlos. Ele recebeu ontem, em seu gabinete (foto), o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, que lhe pediu urgência na votação de créditos para o estado.

PÁGINAS 4 E 7

# Limite de gastos com os vereadores vai a 2º turno

Senado deve votar na sessão de quarta-feira a proposta de Esperidião Amin fixando tetos para despesas com as câmaras municipais

O Senado poderá votar na próxima quarta-feira, em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores de todo o país. A emenda foi aprovada por unanimidade, em primeiro turno, no último dia 4.

A proposta fixa percentuais máximos da receita municipal para os gastos com salários de vereadores, funcionários e custeio da câmara legislativa. Quanto maior a população do município, menor será o gasto permitido para o funcionamento da câmara.

Assim, nos municípios com até 10 mil habitantes, o limite será de 8%. Existem ainda outras cinco faixas, sendo a última de 3%, destinada aos municípios

com população superior a 1 milhão de habitantes.

Ao justificar seu projeto, o senador Esperidião Amin afirmou que existem câmaras gastando excessivamente, e, com a aprovação da emenda, o Congresso Nacional estará adotando importante medida, de iniciativa própria, para que o governo consiga o equilíbrio das contas públicas do país.

Ainda na mesma quarta-feira, o plenário deverá votar proposta de emenda constitucional do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece prazo de prescrição para as ações trabalhistas rurais (ver pág. 3). Atualmente, um trabalhador do campo pode reivindicar, até dois anos após o encerramento do contrato de trabalho, os direitos sobre todo o pe-

ríodo trabalhado, seja de um mês ou de 20 anos. Osmar Dias quer que esses direitos prescrevam em cinco anos.

Também na sessão da próxima quarta-feira, o plenário do Senado começará a discutir uma proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que obriga a União, os estados e os municípios a fazerem aplicações mínimas no Sistema Único de Saúde (SUS).

Pela proposta, os estados e o DF terão de destinar no mínimo 12% aos hospitais ou casas de saúde que atendem pelo SUS, enquanto o percentual para os municípios será de 10%. Já a União ficará obrigada a empregar no Sistema pelo menos 30% das receitas de contribuições sociais do Orçamento da Seguridade Social.

## Líderes definem proposta da CPMF

Depois de se reunirem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na tarde de ontem, os líderes Sérgio Machado (do PSDB), Elcio Alvares (do governo no Senado) e José Roberto Arruda (do governo no Congresso) decidiram apresentar, na próxima terça-feira, proposta de aumento da CPMF, acreditando que conseguirão aprová-la na Casa até o final deste ano.

Na avaliação de Sérgio Machado, a matéria terá o apoio do bloco do governo, devendo passar pela Câmara e finalizar a tramitação no Congresso Na-

cional em 23 de janeiro.

O senador disse que a proposta de prazo para entrada em vigor do aumento só deverá ser divulgada na própria terça-feira. Nenhum dos líderes quis confirmar a especulação de que seria, como anteriormente, de 90 dias.

Machado afirmou que não há dúvida quanto aos índices da CPMF, que serão de 0,38% no primeiro ano e 0,30% a partir do segundo. De acordo com o líder, "o país precisa de um ajuste, e até agora não surgiu outra solução que possa substituir o aumento da CPMF".



Machado confirmou que os índices da CPMF serão de 0,38% em 1999 e de 0,30% no ano 2000

## CAE reúne-se na terça com 10 itens em pauta

Presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado reúne-se na terça-feira, às 10h, com dez itens em sua pauta de votações.

A comissão deve votar requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que o Banco Central informe o endividamento da prefeitura de Guarulhos, com o detalhamento de cada uma das operações de crédito efetuadas, inclusive as relacionadas com operações de antecipação de re-

ceita orçamentária (ARO).

Outro requerimento de Suplicy convidava o presidente da Eletrobrás e o diretor de Gestão Corporativa e Financeira da estatal para prestarem esclarecimentos sobre a cessão de pessoal e recursos financeiros da empresa para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS).

De autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), deverá ser examinado projeto que autoriza a prefeitura de Teresina (PI) a contratar ope-

ração de crédito junto ao BNDES.

Entre os projetos, deve ser apreciado também o que autoriza operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei 9.424/96. Essa lei dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. De autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o projeto será relatado por Osmar Dias (PSDB-PR).



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1998

### PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Segunda-feira (16.11.98)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (17.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); \*Projeto de Resolução nº 100/98, que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito, no valor de US\$ 275 milhões; e \*Requerimento nº 349/98, do senador Pedro Simon, solicitando a inclusão em ata de um voto de louvor ao cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns

Quarta-feira (18.11.98)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; e \*Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Bird, no valor equivalente a US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o programa de reforma do estado de Mato Grosso

Quinta-feira (19.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do SUS.

Sexta-feira (20.11.98)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira (17.11.98)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 21/CAE/98, solicitando ao Banco Central do Brasil a posição do endividamento da prefeitura municipal de Guarulhos (SP); \*Requerimento nº 20/CAE/98, convidando o presidente da Eletrobrás e o diretor de Gestão Corporativa e Financeira da empresa para prestarem esclarecimentos sobre a cessão de pessoal e recursos financeiros da empresa para o Operador Nacional do Sistema Elétrico; \*PLC nº 76/95, altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social; \*Ofício "S" nº 67/98, que encaminha ao Senado Federal o parecer Dedip/Diases-98/647, de 1998, a respeito da solicitação do estado do Pará, referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, firmado entre o estado do Pará e a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 274,4 milhões. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

▶ 14h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Reunião de Audiência Pública com a presença do ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Paulo Paiva, para esclarecimentos acerca da proposta orçamentária para o ano de 1999. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

▶ 17h - Comissão Especial destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 13*

Quinta-feira (19.11.98)

▶ 9h30 - Comissão Mista

Pauta: Instalação da Comissão Mista sobre a \*MP 1.727, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 2*

### ESPECIAL

Segunda-feira (16.11.98)

I Seminário de Comunicação Legislativa

Das 16h às 18h - Visita às instalações do Senado e mostra de vídeos institucionais da Casa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Bessa lembrou que a queda dos juros vai reduzir os custos da dívida

## Senado aprova créditos para Rondônia e Maranhão

O plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de resolução que autorizam os estados de Rondônia e do Maranhão a realizar operações de crédito dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Para Rondônia, foi aprovada operação de crédito de R\$ 57,1 milhões. Para o Maranhão, foi autorizado o refinanciamento das dívidas do estado, no valor de R\$ 244,3 milhões.

Os recursos da operação de crédito para Rondônia destinam-se à aquisição das dívidas do estado, pela Caixa Econômica Federal (CEF), junto ao Banco de Crédito Nacional S/A, ao Banco Bamerindus e ao Banco do Brasil. Os débitos serão pagos em nove prestações mensais consecutivas, e o governo de Rondônia oferece como garantias de pagamento suas receitas próprias e quotas do estado no Fundo de Participação.

No caso do Maranhão, a União vai arcar com dívida do estado de R\$ 244,3 milhões, mas, do total desse valor, será deduzida parcela de R\$ 7,8 milhões, que corresponde ao subsídio concedido

do pela União ao estado. O valor total a ser refinanciado será, portanto, de R\$ 236,5 milhões.

Os encargos financeiros da operação incluem taxas de juros de 6% ao ano, e o governo maranhense dará como garantias para pagamento suas receitas e as transferências estabelecidas para o estado de acordo com o que está previsto na Constituição federal. O empréstimo para o Maranhão será amortizado no período de 30 anos.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Djalma Bessa (PFL-BA), as medidas de ajuste da economia brasileira em andamento criarão as condições para a redução posterior dos juros reais da dívida pública federal, diminuindo bastante o subsídio concedido ao estado pelo Tesouro Nacional.

O relator observou também que essa operação de refinanciamento não provocará aumento no montante da dívida do estado, pois o impacto sobre o déficit público será positivo devido à redução da dívida pública global que ocorrerá em função da venda de ativos do estado.

## Projetos sobre diretores do BC terão tramitação conjunta

Os senadores aprovaram ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando a tramitação conjunta de quatro projetos de lei complementar em discussão na Casa, todos dispostos sobre a designação de integrantes da diretoria do Banco Central. Os projetos estão prontos para votação em plenário.

Um dos projetos, do então senador Valmir Campelo – atualmente no cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) –, trata do preenchimento dos cargos de presidente e diretor do Banco Central (BC).

Por essa proposta, os ex-integrantes da diretoria do BC ficam proibidos de exercer qualquer atividade profissional, com ou sem vínculo empregatício, em instituições financeiras privadas nacionais ou estrangeiras, durante o período de dois anos subsequentes ao mandato na instituição.

Outro projeto, do senador Ney Sussana (PMDB-PB), define os requisitos para a designação da diretoria do BC e das demais instituições financeiras oficiais.



Dutra foi quem pediu a tramitação conjunta das matérias sobre o tema

O projeto proíbe que exerçam tais atividades aqueles que participaram de controle acionário de empresa do sistema financeiro privado nos últimos dois anos, contados da data da designação.

O terceiro projeto, do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), extingue o Conselho Monetário Nacional, além de definir condições para a autonomia do BC. O quarto projeto, de autoria do senador Odacir Soares (PTB-RO), também estabelece os requisitos que devem ser atendidos para a designação dos diretores do BC.

# Senadores votam na quarta-feira prescrição para trabalhador rural

Ontem, plenário iniciou o segundo turno de discussão da emenda dos gastos municipais e aprovou três concessões de rádio e TV

Por requerimento do autor da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi adiada para a próxima quarta-feira, às 10 horas, a votação, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional que fixa em cinco anos o prazo prescricional para ações trabalhistas impetradas por trabalhadores rurais. Aceita a mudança, será estendido aos rurais o prazo válido para os trabalhadores urbanos.

A sessão de ontem marcou o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores em todo o país. A proposta tem como primeiro signatário o senador Esperidião Amin (PPB-SC).

### CONCESSÕES

O plenário do Senado aprovou ontem a renovação de duas concessões de rádio em ondas médias (OM) e uma de televisão. As matérias vão agora à promulgação. Por 41 votos a favor, um contra e cinco abstenções, foi aprovado o projeto de decreto legislativo que renova a concessão da Rádio Pousada do Rio Quente Ltda,



A bancada do PT se absteve da votação das concessões em protesto contra a não implantação do Conselho de Comunicação Social

na cidade de Caldas Novas (GO). O projeto tinha parecer favorável da Comissão de Educação, de autoria do senador José Saad (PMDB-GO).

A renovação da concessão da Rádio Cultura de Ilhéus (BA) teve 46 votos a favor, cinco abstenções e nenhum contra. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, onde foi relatada pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA). Nas votações para renovação de concessões, o líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), li-

berou a bancada e recomendou abstenção aos integrantes de seu partido, que protesta sistematicamente contra a não implantação do Conselho de Comunicação Social.

Também com 46 votos, foi aprovada a renovação da concessão da Empresa Porto-Alegrense de Comunicação Ltda. para um canal de TV em Porto Alegre (RS). O relator na Comissão de Educação foi o senador José Fogaça (PMDB-RS), que apresentou parecer favorável à renovação.

## Aposentados poderão participar de privatização

Os aposentados poderão comprar ações durante o processo de privatização de empresas estatais. Projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e imediatamente enviado à sanção do presidente da República.

A proposta foi incluída na pauta por requerimento de urgência assinado pelos líderes do PT, Eduardo Suplicy (SP), do PMDB, Jader Barbalho (PA), do PSDB, Sérgio Machado (CE), e do PFL, Hugo Napoleão (PI), e recebeu o apoio unânime dos senadores que participavam da sessão. O projeto teve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), proferidos, respectivamente, pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Pedro Piva (PSDB-SP).

A regra deve passar a valer já a partir de segunda-feira, para as próximas empresas estatais que forem vendidas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.



Josaphat Marinho relatou o parecer aprovado ontem

## Plenário decide que lei autorizativa é constitucional

O plenário aprovou parecer do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sobre consulta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a respeito de orientação referente a projetos de lei (PL) autorizativa.

De acordo com o parecer aprovado, são constitucionais, sem qualquer tipo de restrição, os projetos de lei autorizativa.

A consulta de Lúcio Alcântara teve por objetivo dirimir dúvidas frequentes quanto a esse tipo de proposta, que, geralmente, concede autorização ao presidente da República para exercer competência que lhe é privativa.

“As leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal, encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação, motivo pelo qual se recomenda a sua admissibilidade” – relatou Josaphat.

Já o projeto de resolução do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), dando o nome de Visconde de Cairu à sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi considerado prejudicado porque o Senado já aprovou projeto dando à CAE o nome do falecido senador Vilson Kleinübing.

# ACM rejeita CPI para investigar denúncia sobre paraíso fiscal

Presidente do Senado recorda que até a oposição considerou falsos os documentos que ligariam FHC a uma empresa nas Ilhas Cayman

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contra a proposta de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os documentos que ligariam o presidente da República, o governador paulista Mário Covas, o ministro da Saúde, José Serra, e o ex-ministro Sérgio Motta a uma empresa no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, no Caribe. A própria oposição considerou os documentos falsos, lembrou o senador, para quem "o Congresso não pode perder tempo com uma coisa que certamente não existe e deixar de votar questões importantes como o ajuste fiscal".

No entender de Antonio Carlos, mesmo a informação de que o ex-ministro Sérgio Motta poderia ter uma conta no exterior, conforme especulação veiculada ontem pela imprensa, não altera-



Antonio Carlos, ao lado de Esperidião Amin, afirmou que o Congresso não deve "perder tempo" com a questão

ria seu entendimento. "Não é nada demais que uma firma tenha uma filial no exterior", explicou. O ex-ministro das Comunicações, antes de assumir o cargo, era um empresário. O senador acentuou que as análises e investiga-

ções já feitas pelo governo indicaram que a documentação apresentada com a denúncia é falsa.

A decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de repassar os documentos para uma investigação independente, por parte da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal, foi apoiada pelo presidente do Senado. Antonio Carlos concluiu que uma CPI só teria justificativa se "primeiro a oposição

provasse que os documentos são verdadeiros", contrariando o entendimento do próprio líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e do advogado que consultou, que consideraram os documentos falsos.

## Suplicy quer ouvir general Cardoso

"Torço para que as autoridades governamentais não sejam culpadas de envolvimento nesses escândalos do 'grampo' telefônico e do dossiê Cayman", afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, seria uma tragédia para o Brasil se, depois de Fernando Collor e suas práticas que feriram a ética, um novo escândalo com a cúpula do governo viesse a acontecer.



Eduardo Suplicy

ouça o chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, na próxima quarta-feira, em horário que não venha a atrapalhar a ses-

são do Congresso."

Segundo Suplicy, a alegação do governo de que não há questões de Estado nos dois casos não significa que as denúncias não precisam ser objeto da apuração mais séria possível. "Todos os dias a *Folha de S. Paulo* traz indícios de que ainda há muito o que apurar, como a informação de que a empresa das Ilhas Cayman existe de verdade. O Senado precisa tomar iniciativas demonstrando sua grande preocupação na investigação do caso", defendeu o senador.

## Simon sugere apuração pelo Ministério Público

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ontem ao presidente da República que as denúncias de que ele teria uma empresa num paraíso fiscal com o ministro da Saúde, José Serra, o governador de São Paulo, Mário Covas, e o ex-ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sejam encaminhadas à Procuradoria Geral da República.

Na opinião do senador, um assunto que repercute em manchetes de todo o mundo não pode ser dado por encerrado. Por outro lado, não cabe à Casa Militar fa-

Pedro Simon classificou as denúncias de "ridículas" e criticou a idéia de se criar uma CPI para investigar o caso



zer esse tipo de investigação e "não é caso de CPI", tão ridículas, a seu ver, são as denúncias.

Para Simon, as relações entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas ou José Serra não permitiriam que eles partilhassem uma conta no exterior.

O senador elogiou o comportamento de Marta Suplicy e do PT de modo geral, pela grandeza que ma-

nifestaram ao receber as denúncias em plena campanha eleitoral. "Eles poderiam ter incendiado o país", disse.

Em resposta a Simon, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que o presidente da República já encaminhou o assunto à Procuradoria Geral da República, pedindo urgência na apuração e a ação da Polícia Federal.

## Ronaldo pede comissão de defesa da língua portuguesa

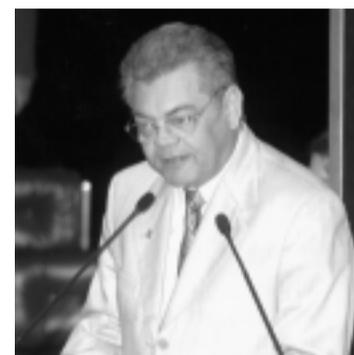
A maioria dos povos toma medidas de preservação do seu idioma e, "quando a possibilidade de deterioração se torna muito grande, os legisladores intervêm para tentar impedir que isso ocorra". Com essa constatação, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fez ontem, em discurso no plenário, uma advertência aos poderes públicos e dirigiu apelo aos ministérios da Cultura e da Educação para que, "ouvida a Academia Brasileira de Letras, seja constituída uma comissão para o estabelecimento de regras visando à preservação e ao prestígio da língua portuguesa".

Quando a língua francesa sofreu a mesma deterioração, exemplificou Ronaldo Cunha Lima, a França editou uma lei disciplinando o uso da sua forma de expressão oficial.

O senador solicitou a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo do presidente da ABL, Arnaldo Niskier, em que adverte para o risco da disseminação de estrangeirismos na língua portuguesa.

Em bem-humorada crítica à invasão estrangeira sobre o que, para ele, é um patrimônio nacional a ser preservado, Ronaldo captou a atenção de todo o plenário com o relato de seu cotidiano, eivado de palavras estrangeiras, principalmente de origem inglesa:

– Fui ao freezer; abri uma *Coca Diet* e



Ronaldo utilizou bom humor ao descrever presença da língua inglesa no cotidiano

saí cantarolando um *jingle*, até ligar meu *discplayer* para ouvir uma música *new age*. Precisava de um *relax*. Meu *check up* indicava *stress*. Dei um *time* e fui ler um *bestseller*; no *living* do meu *flat*. Desci ao *playground* depois fui fazer um *cooper* – descreveu ele parte de seu dia.

O relato completo feito por Ronaldo Cunha Lima despertou apartes em registro semelhante, como o fizeram Artur da Távola (PSDB-RJ) e Jefferson Péres (PSDB-AM). Bernardo Cabral (PFL-AM), por sua vez, elogiou a eficácia da forma descontraída com que Ronaldo Cunha Lima abordou um assunto tão sério quanto o da desnacionalização da língua portuguesa.

## Amorim deseja participar da CPI dos institutos de pesquisa

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ao líder de seu partido que seu nome seja indicado para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Institutos de Pesquisa. Em discurso ontem em plenário, Amorim solicitou também que a CPMI seja instalada o mais rápido possível. O requerimento de criação da comissão foi apresentado no Senado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) no último dia 3, com assinaturas de 31 senadores e 188 deputados.

Amorim afirmou que vinha sendo prejudicado pelas pesquisas divulgadas em Rondônia. Relatou que seu nome nas enquetes para o governo do estado era sempre o último, enquanto pesquisa que encomendou o colocava na frente. Segundo o senador, os institutos puxam a pesquisa para o patamar real na véspera do pleito para justificar que não erraram o prognóstico, quando na verdade fizeram negociações durante todo o tempo prévio às eleições.

– Em Rondônia temos muito a levantar – previu.

O senador comemorou a vitória do senador José Bianco (PFL-RO) ao governo do estado, com seu apoio. Para ele, Bianco assume com a seriedade, honradez e dignidade que sempre caracterizaram sua vida política, também como deputado estadual e prefeito de Ji-Paraná.

– Estou certo de que pela primeira vez, desde a transformação [de Rondônia] de território para estado, me alinharei a um governo. O povo do meu estado me conhece, pois sempre estive ao seu lado e



Ernandes Amorim acha que foi prejudicado pela divulgação de levantamentos

não ao lado do poder de plantão – afirmou.

Amorim lembrou sua posição contrária à emenda da reeleição, por uma razão "clara e insofismável": os políticos e o povo ainda não estão suficientemente amadurecidos para o processo, já que a democracia brasileira é ainda muito jovem, analisou. Ele lamentou a utilização da máquina governamental a favor dos governadores que tentavam a reeleição, assim como o repasse de recursos aos estados sem a devida verificação sobre sua utilização.

– Em meu estado não foi diferente, nos defrontamos com campanhas milionárias, artistas do primeiro time de nossa constelação artística a serviço da promoção da candidatura chapabranca – disse, revelando até o cachê dos cantores: US\$ 100 mil.

# Suplicy diz que rombo da Previdência é menor

Senador contesta números divulgados pelo governo e afirma que o déficit previdenciário atinge, no máximo, R\$ 17,1 bilhões, contra os R\$ 42,2 bilhões anunciados pela área federal



Ademir pretende realizar audiência pública na CAS

“Não se pode eleger os funcionários civis como os ‘bodes expiatórios’ do rombo dos cofres da Previdência”, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), contestando os números apresentados pelo governo. Para ele, o déficit previdenciário das três categorias de segurados atinge, no máximo, R\$ 17,1 bilhões, no lugar dos R\$ 42,2 bilhões constantes dos documentos divulgados.

Segundo Suplicy, não se trata de dizer que o déficit seja inexpressivo. “Porém, se quisermos uma discussão em alto nível para equacionar a cobertura desse passivo, o governo precisa apresentar números reais e colocar também em debate o déficit relativo à previdência dos militares e parlamentares, que dispõem de sistemas separados, em vez de tentar solucionar o ‘rombo’ global mediante a absurda elevação das contribuições dos



Suplicy critica a decisão do governo de elevar a contribuição dos servidores

funcionários civis como se fossem os únicos responsáveis”, observou.

Em relação ao INSS dos empregados da iniciativa privada, o senador mostrou

que o governo aponta R\$ 7,8 bilhões como o montante do déficit da Previdência porque não computa como receita a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que arrecadaram, em 1997, respectivamente R\$ 18 bilhões e R\$ 7 bilhões. “São receitas da Seguridade Social, podendo ser utilizadas para equilibrar essas contas.”

Em relação ao setor público federal, o governo apresenta como receita a contribuição dos próprios funcionários, no valor de R\$ 2,6 bilhões, esquecendo-se de incluir a contribuição do patrão, o governo, que deveria ser de R\$ 5,2 bilhões, observa o senador. “No caso da despesa, o governo soma, ao pagamento dos inativos civis, o pagamento dos inativos militares e parlamentares. No mínimo, está agindo de má fé, pois essas duas categorias dispõem de outro

regime previdenciário.”

– Ou seja, se utilizarmos os números corretos, o déficit da Previdência pública da União cai de R\$ 18,3 bilhões para apenas R\$ 9 bilhões, uma redução de mais de 50%. Acredito que a mesma distorção ocorre com o déficit da Previdência dos estados e municípios. No total, os três déficits somam R\$ 17 bilhões em vez dos R\$ 42 bilhões que o governo alardeia – concluiu Suplicy.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) argumentou que a disparidade de contas apontada por Suplicy representa um motivo relevante para impedir que o Senado discuta, em regime de urgência, o ajuste fiscal. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que seu partido apresentará alternativas às medidas, depois de ouvir economistas de tendências diversas.

## Ademir luta para manter verbas do Museu Goeldi

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) quer promover uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, que preside, com a presença de representantes do museu, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do governo federal, para debater os problemas que estão afetando o funcionamento do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O senador protestou ontem contra o corte de R\$ 3 milhões no orçamento do museu:

– Lamentavelmente, estou obrigado a ocupar esta tribuna para falar do corte de míseros R\$ 3 milhões, quando o governo reserva R\$ 68 bilhões para pagamento dos juros das dívidas interna e externa este ano, com previsão de R\$ 88 bilhões para o ano que vem.

O senador traçou um quadro desolador da situação atual do museu. O aquário público, o mais antigo do país, em funcionamento desde 1912, está sendo desativado. As visitas monitoradas foram extintas, prejudicando, somente em outubro, 800 alunos. Foram paralisados diversos projetos de educação ambiental. Falta dinheiro para pagar água, energia, telefone e até para a alimentação dos animais.

– Diante de um quadro de tantas dificuldades, o que nos causou maior espanto foi o fato de que os recursos próprios da instituição foram confiscados, inclusive os provenientes de financiadores externos – afirmou Ademir, culpando o Decreto 2.773/98. Segundo ele, essa retenção de recursos próprios tem causado o descumprimento de contratos com fornecedores.

## Suassuna: mesmo com ajuste, país compromete 51% do PIB com dívida

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o ajuste fiscal proposto pelo governo tem que ser mais profundo, sob pena de no próximo ano o Brasil comprometer 51% do seu Produto Interno Bruto (PIB) apenas com o pagamento da dívida. Ele defendeu a constituição de uma comissão, integrada por pessoas de fora do governo, para definir onde deverão ser feitos os cortes.

– O governo está mostrando que não tem condições de cortar a sua própria carne com imparcialidade. É hora de o próprio governo bater na mesa e nomear uma comissão de cidadãos acima de qualquer suspeita para decidir onde cortar. São inúmeras as estatais encerradas, mas o sangramento de dinheiro continua – afirmou Suassuna.

Na opinião do senador pela Paraíba,

uma outra comissão deveria ser nomeada para tratar do acerto das dívidas entre estados, municípios e a União. Ele também defendeu a constituição de um grande conselho com autoridade para diminuir o “custo Brasil”.

De acordo com cálculos apresentados por Suassuna, se o Brasil pagar juros médios de 25% anuais sobre sua dívida, que deverá estar na faixa de US\$ 400 bilhões em dezembro, consumirá 51% do PIB, o que inviabilizaria o país. Ele calcula que é preciso que a taxa média anual chegue no máximo a 19%.

Em aparte, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) argumentou que a única solução para o Brasil é encontrar uma saída para sua dívida. Ele explicou que não defende o calote, mas a renegociação da dívida, para que ela possa ser paga. No seu entendimento,

os recursos que o governo economizará com o ajuste fiscal serão utilizados no pagamento de juros.

– A dívida está ficando totalmente impagável. Isso é um absurdo, um contra-senso num país que tem problemas sociais graves como o nosso. Um país que tira dinheiro da educação, da saúde e da reforma agrária, um país que tem ainda tuberculosos como nenhum outro no mundo. Nós ainda temos aqui uma situação de terceiro mundo piorada, grave, pagando essa dívida nessa proporção, com esses juros – reclamou Carlos Bezerra.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a sociedade brasileira não pode ser prejudicada com medidas mais drásticas ainda que as atuais. Para ele, o país deve ser gerenciado de uma forma empresarial para melhorar.

## Júnia aponta falta de lógica nos cortes do Orçamento

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) criticou ontem o governo federal pela “falta de lógica” nas medidas anunciadas para o ajuste fiscal e nos cortes para o Orçamento do próximo ano. Ela disse que, ao prever redução de gastos em áreas como saúde, educação e agricultura, o governo estará atingindo setores fundamentais para a vida da população.

– Anunciando cortes em setores vitais da economia, o governo deixará de cumprir a promessa que fez nestas eleições de gerar um milhão de novos empregos nos próximos dois anos – lembrou Júnia Marise, citando matéria publicada na edição de quarta-feira do *Jornal de Brasília*.

Na avaliação da senadora por Minas Gerais, os cortes na saúde são os que influenciarão mais diretamente a vida das pessoas. Ela citou o exemplo dos 30 hospitais universitários que poderão ficar sem dotação orçamentária para o próximo ano. Disse também que, mesmo após a instituição da CPME, o atendimento à população continuou péssimo.

Por outro lado, Júnia Marise observou que cada vez mais o governo federal vem concentrando a arrecadação, retirando receita dos estados e municípios. “Se houver o aumento do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) para 40%, isso causará um grande impacto nas finanças estaduais e municipais”, alertou.



Júnia: promessa de empregos não será cumprida



Sindicalistas e deputados pediram a ACM que apresse votação do projeto criando piso salarial para médicos

## Médicos levam reivindicações a ACM

Comissão de presidentes de sindicatos médicos, representando 32 entidades de todo o país, pediu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto), gestões do Congresso para demover o governo de cortar 6,6% do orçamento do Ministério da Saúde para 99. O senador aproveitou a oportunidade para reafirmar seu apoio ao Programa de Estabilização Fiscal do governo. Ele lembrou aos dirigentes e aos vários deputados que os acompanhavam a necessidade da contenção orçamentária para livrar o país das pressões geradas pela cri-

se financeira internacional. Ele destacou, ainda, a preocupação governamental em preservar a área social e, em especial, o setor da saúde, fato que determinou o menor dos cortes orçamentários justamente nesse segmento. No encontro, os representantes dos médicos brasileiros fizeram outro apelo ao presidente. Eles querem que o Senado coloque em votação o projeto do deputado Nilson Gibson estabelecendo o piso salarial de R\$ 1.337,32 por 20 horas semanais de trabalho para os médicos.

## Senado é premiado na feira do livro no RS

O Senado Federal receberá neste sábado o "Destaque em Criatividade" por sua participação na 44a. Feira do Livro de Porto Alegre. A decisão, tomada por uma comissão julgadora, foi comunicada ontem pelo jornal *Correio do Povo* e pela Câmara Rio-grandense do Livro, que promovem a premiação.

O prêmio é patrocinado pela Companhia Petroquímica do Sul (Copesul) e atribuído nas áreas editorial, de marketing, exposição e design, criatividade, participação internacional, expositor infantil, personalidade da feira e melhor sessão de autógrafos. Uma comissão julgadora, formada por representantes do *Correio do Povo*, da Câmara Rio-grandense do Livro, da Associação Gaúcha de Escritores e da Copesul, avalia o desempenho dos 152 expositores da Feira do Livro nos diversos itens.

Conforme o regulamento da premiação, o "Destaque em Criatividade" é concedido por votação da comissão julgadora, sendo escolhido "o expositor que apresentar as soluções mais inovadoras e criativas, obtendo destaque no conjunto da feira".

Os troféus para os ganhadores dos diversos destaques, cujo anúncio oficial ocorrerá hoje, serão entregues amanhã, em almoço no Clube do Comércio, em Porto Alegre.

O estande do Senado na Feira do Livro, que se estende até este domingo, dia 15, contou com a participação, em sessões de autógrafos, dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado, Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS). Simon, por exemplo, autografou durante duas horas e meia cerca de 1.300 exemplares de seu livro *Rádio & TV no Brasil - Diagnósticos e Perspectivas*.



Em Porto Alegre, o senador Pedro Simon autografou 1.300 exemplares de um de seus livros

# Plenário vota 11 matérias em semana de muito trabalho nas comissões

No Congresso, atividades incluíram aprovação de quatro MPs da Previdência Social e do rito sumário de tramitação do Orçamento da União para 1999

## Matérias aprovadas nesta semana

(de 9 a 12 de novembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	8
Parecer aprovado sobre Consulta de Plenário	1
Total de matérias aprovadas	10
Propostas enviadas ao arquivo	1
Total de matérias apreciadas	11

## Matérias apreciadas neste ano

Projetos aprovados e enviados à sanção	52
Projetos aprovados e enviados à promulgação	171
Projetos aprovados e enviados à Câmara	32
Escolha de chefes de missões diplomáticas	23
Escolha de autoridades	18
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	3
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Parecer aprovado sobre consulta ao plenário	1
Total de matérias aprovadas	303
Propostas enviadas ao Arquivo	64
Total de matérias apreciadas	367

## Lobão faz homenagem ao Padre Antônio Vieira

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu a publicação no *Diário do Senado* de palestra que o professor Alberto José Tavares da Silva fez em homenagem ao Padre Antônio Vieira. "Evocar a figura do Padre Antônio Vieira é sempre de grande oportunidade e atualidade, pois se está invocando a figura de um gênio do púlpito, cujos sermões até hoje sensibilizam o mundo ocidental", disse Lobão.

Conforme o senador, o professor Tavares da Silva realizou nessa palestra a tarefa, "só possível a um espírito de aprofundada cultura, de apontar correlações entre a obra literária do Padre Vieira e o Direito". O parlamentar disse enfileirar-se entre os que ficam indignados com a versão, "adotada por alguns historiadores, de que o Padre Vieira foi um escravagista". Lobão disse que essa é uma acusação leviana dos que não tiveram a sensibilidade de observar o período cultural do século XVII.

Para ele, basta analisar as consequências do absolutismo dos soberanos e os terrores da Inquisição para alcançar a realidade da época, que tornava inviável



Edison Lobão contesta a visão de que Vieira teria sido um escravagista

vel qualquer possibilidade de extinguir-se o regime de escravidão. Edison Lobão também observou que somente dois séculos depois foi possível ao Brasil extinguir "da sua história esse terrível episódio da maldade humana".

O discurso citado por Lobão foi pronunciado durante o XIV Seminário Roma Brasília, promovido pela Universidade Federal do Maranhão. Lobão anunciou que o texto será divulgado também pela sua *homepage*, na Internet.

O plenário do Senado apreciou 367 matérias desde o início do ano, das quais 11 foram votadas nesta semana. O ritmo de trabalho foi intenso nos últimos dias, o mesmo acontecendo no Congresso Nacional, que votou quatro medidas provisórias e também o projeto de resolução regulando, em caráter excepcional, a tramitação do Orçamento de 99.

O plenário do Senado aprovou projeto que estende aos funcionários aposentados o direito de comprar ações de empresa estatal em processo de privatização. Continuou a tramitação, em segundo turno, da emenda constitucional limitando os gastos dos municípios. Os senadores também aprovaram concessões de funcionamento de rádios e autorizaram operações de crédito.

Na Comissão de Relações Exteriores, foram aprovados os nomes dos novos embaixadores do Brasil no Cazaquistão - Thereza Maria Machado Quintella - em Granada - Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra - e na Polônia - Carlos Alberto de Azevedo Pimentel. A Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização autorizou crédito suplementar de R\$ 18,8 milhões para aquisição e modernização de embarcações pelo Ministério da Marinha.

Já a Comissão de Educação decidiu instituir homenagem anual a cinco pessoas que tenham colaborado para a defesa dos direitos da mulher, e deu pare-

cer em 13 projetos de decreto legislativo renovando a concessão de emissoras de rádio e televisão. A Comissão de Assuntos Econômicos autorizou empréstimo externo para o Projeto de Saneamento Básico do Piauí, aprovou novas regras para o funcionamento de empresas da Zona Franca de Manaus e refinanciamento da dívida do estado do Maranhão, no valor de R\$ 244,3 milhões.

Também nesta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu pareceres favoráveis a propostas de rolagem da dívida do estado de Rondônia, criação de subsistema de saúde para os povos indígenas e colocou à disposição do plenário a nova lei de combate ao tráfico de drogas.

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu convidar o ministro da Saúde, José Serra, e o coordenador do Conselho Nacional de Saúde, Nelson Rodrigues dos Santos, para audiência pública em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, a ser realizada no próximo dia 25. A CAS também aprovou parecer favorável a projeto dando garantia de fabricação de peças de reposição até pelo menos cinco anos depois de cessada a produção ou importação de veículos.

A comissão especial que estuda a reforma política decidiu que o financiamento público das campanhas eleitorais vai constar do relatório final.

## Alcântara lembra Rui Barbosa e elogia trabalho da fundação

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou, em discurso, o aniversário de nascimento de Rui Barbosa, comemorado no último dia 5 de novembro e coincidindo com o Dia da Ciência e Cultura. Alcântara disse ter recebido o Relatório de 1997 da Fundação Casa de Rui Barbosa e informou que, desde 1930, a entidade realiza importante trabalho de preservação e divulgação da obra do intelectual baiano, além de dedicar-se a estudos e pesquisas nas áreas de Direito, História, Filologia e Literatura Brasileira.

- Há quem considere o trabalho cultural desenvolvido por instituições como

a Casa de Rui Barbosa algo pouco efetivo. Não é esse nosso pensamento: apesar das imensas dificuldades existentes nas áreas educacional e cultural, acreditamos firmemente num futuro promissor para nossa juventude e para o nosso Brasil - afirmou o senador.

Além da manutenção de uma biblioteca com cerca de 100 mil exemplares e 60 mil documentos de Rui Barbosa, Lúcio Alcântara destacou a modernização na comunicação da entidade, com a elaboração de um vídeo institucional e a disponibilização de uma página na Internet.

## ACM quer convidar Arns para celebrar missa de Natal

Em resposta a pronunciamento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou na manhã de ontem, no plenário da Casa, seu apoio à iniciativa aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ) de homenagear o ex-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, por ocasião de sua aposentadoria. A intenção do senador Antonio Carlos é a de convidar o cardeal para celebrar a missa de Natal do Congresso Nacional.

## Elói Portela quer reeleição precedida de renúncia

O presidente da República, governadores e prefeitos que se candidatarem à reeleição terão que renunciar pelo menos seis meses antes do pleito, caso seja aprovada emenda à Constituição apresentada pelo senador Elói Portela (PPB-PI). Em entrevista à TV Senado, o senador explicou as razões de sua proposta, que deve ser analisada pelo Congresso no bojo da reforma política.

No programa, que vai ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30, Elói Portela falou, ainda, das "excrescências" que atrapalham o processo político, como o excesso de partidos pequenos e a infidelidade partidária.

## Programa da TV ensina como evitar acidente

Os acidentes são a principal causa de morte provocada por fatores externos entre os cinco e os dezenove anos. Para falar sobre o assunto, a TV Senado convidou a pediatra Cristiane Bezerra, entrevistada do programa *Consulta Marcada*, que vai ao ar hoje às 13h30 e às 19h30.

Além de explicar como evitar os acidentes, a doutora Cristiane vai expor técnicas de primeiros socorros. O programa inclui, também, a exibição de três vídeos educativos que mostram situações reais e orientam os pais sobre os cuidados a serem tomados em relação às crianças.

# Príncipe de Mônaco visita o Senado e fala de investimentos

Ele foi recebido pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Romeu Tuma, com quem conversou sobre a crise econômica internacional

O presidente interino da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Romeu Tuma (PFL-SP), recebeu ontem o príncipe Albert Rainier, de Mônaco. O príncipe encontra-se no Brasil desde segunda-feira, quando esteve em São Paulo para contatos com empresários, e foi recebido ontem pelo presidente da República.

No Senado, Albert foi recepcionado no Salão Nobre, onde conversou com Tuma. Entre outros temas tratados, o senador descreveu ao príncipe o funcionamento do Congresso brasileiro.

– Não deixamos de falar sobre a crise econômica internacional em tempos de globalização. Nesse cenário, os países não têm mais independência nas decisões tomadas, principalmente na economia – relatou o senador.

Durante a conversa, o príncipe revelou o interesse em ampliar as rela-



Em conversa com Romeu Tuma, o príncipe Albert Rainier mencionou interesse em ampliar as relações comerciais com o Brasil

ções comerciais com o Brasil, abrindo a possibilidade de empresários de Mônaco investirem no país.

– Todo investimento permanente será bem vindo – disse Tuma.

Mônaco é um país de 40 mil habitantes, localizado ao Sul da França, com tradição no setor financeiro. Segundo a assessoria do príncipe, a participação do capital

monegasco no Brasil pode ser ampliada em função das privatizações e futuros investimentos em setores de infra-estrutura.

O príncipe Albert está prestes a se tornar o chefe de estado do Principado, quando o seu pai, príncipe Rainier, passar-lhe o trono. A visita ao Brasil foi patrocinada pela consulesa honrária de Mônaco, Carmen Machline.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Hidroginástica  
7h30 - Especial Unip - Assunto: Enfisema  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - Saúde Todo Dia - Unibiótica  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Sessão Plenária (ao vivo) - Logo após, Comissão de Assuntos Sociais do dia 11/11.  
12h30 - Entrevista - senador Elói Portela  
13h - Cores do Brasil - Ouro Preto  
13h30 - Consulta Marcada - Perigos domésticos para crianças  
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 - Entrevista - senador Elói Portela  
19h - Cores do Brasil - o Paraná  
19h30 - Consulta Marcada - Perigos domésticos para crianças  
20h30 - Entrevista - senador Elói Portela  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Palestra - "Juventude, crises como possibilidades de crescimento", com Lydia Rebouças  
22h - Cores do Brasil - o Ceará  
22h30 - Especial Unip. Assunto: Prevenção do infarto  
22h55 - Senado em Pauta

23h - Consulta Marcada - Perigos domésticos para crianças  
0h - Cores do Brasil - Brasília  
Destaques do fim de semana:  
11h, 17h e 23h - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista as jornalistas Tereza Cruvinel, Cristiana Lobo, Eliane Cantanhêde e Dora Kramer. O tema é a isenção da imprensa  
21h - Show de Bossa Nova, com Leonardo Santoro

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
10h - Sessão plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Reprise sessão plenária  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste".  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste".  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste".  
Em seguida - Música e informação

## Rádio mostra jazz próximo ao erudito no fim de semana

Entre os programas inéditos que serão transmitidos pela Rádio Senado neste fim de semana está *A Música Erudita e seus Mestres*, que apresenta a música de câmara ritmada ou o jazz próximo à música erudita. Serão ouvidos os sete movimentos da *Suíte para Flauta e Piano-Jazz*, de Claude Bolling, e uma gravação de *House of Lords*, feita no Festival de Jazz de Pittsburgh, em junho de 1965, com Duck Hellington e Earl Hines.

O programa *A Música do Brasil* traz uma variedade de músicas e intérpretes da MPB, como *Ilê Aîê*, de Paulinho Camafeu e Gilberto Gil, com Gil, e *Um a Zero*, de Pixinguinha, com o Trio Madeira Brasil. Ambos são apresentados pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

#### Serviço:

*Brahms: Vida e Obra* - sábado (14), às 22h, com reprise no domingo (15), às 17h.

*A Música Erudita e seus Mestres* - sábado (14) e domingo (15) às 11h.

*A Música do Brasil* - sábado (14), às 16h, com reprise no domingo (15), às 22h.



Durante encontro com Antonio Carlos Azerezo disse que exposição cultural mineira em Salvador permitirá encontro de "acarajé com torresmo"

## Azerezo pede a ACM urgência para votação de empréstimos

Em companhia dos senadores mineiros Francelino Pereira (PFL) e Júnia Marise (PDT), o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. No encontro, o chefe do Executivo mineiro pediu a Antonio Carlos urgência na votação pelo Senado de quatro mensagens com pedidos de créditos externos, envolvendo um total de US\$ 335 milhões.

Os recursos externos, juntamente com a contrapartida nacional, representam montante superior a US\$ 400 milhões para investimentos em novas estradas e recuperação da malha mineira e no turismo estadual, disse o governador. Azeredo informou ainda a Antonio Carlos que o programa de difusão cultural Minas além das Gerais cumprirá sua última etapa justamente na Bahia. "Será o encontro do acarajé com o torresmo", observou.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



A CAE decide aprovar o empréstimo, que será pago pelo Ceará em dez parcelas

## CAE aprova empréstimo para Ceará pagar servidor

Recursos serão usados na indenização de funcionários de órgãos extintos, dentro do programa de ajuste fiscal dos estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em reunião extraordinária, parecer favorável à solicitação do governo do Ceará para operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$ 24 milhões. Essa operação de crédito será incluída no contrato de refinanciamento das dívidas do estado, celebrado em outubro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo federal.

O parecer é de autoria do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), mas foi lido, durante a reunião, pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). De acordo com o parecer, as garantias para a operação serão dadas pela União, enquanto o estado oferece como garantias para pagamento suas próprias receitas.

O empréstimo será pago em até dez prestações mensais consecutivas e os recursos obtidos com a operação deverão financiar o programa de ajuste do quadro de pessoal do

Ceará. Respondendo a pergunta de Jefferson Péres sobre o ajuste de pessoal, o coordenador de Finanças do estado, Marcos Coelho, disse que os recursos vão indenizar servidores de órgãos extintos, como a Imprensa Oficial do estado, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará e a Companhia de Pesca.

No contrato de refinanciamento firmado anteriormente entre o estado e a União, esta assumiu a dívida mobiliária do Ceará, existente em março de 1996, no valor de R\$ 114 milhões. Esse novo empréstimo junto à CEF faz parte, portanto, da primeira operação de ajuste do estado. A comissão aprovou também pedido de urgência para a votação da matéria no plenário do Senado.

### ZONA FRANCA

O presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), já encaminhou ofício à Mesa do Senado sobre a aprovação do projeto de lei do sena-

dor Bernardo Cabral (PFL-AM) que modifica a legislação relativa à criação e ao funcionamento das empresas na Zona Franca de Manaus. O projeto, de caráter terminativo, foi aprovado na última terça-feira, e não precisará passar por nova votação em turno suplementar, pois o relator, Jefferson Péres, manteve a proposta original em seu parecer. A matéria irá diretamente à Câmara.

O segundo item da pauta da reunião da CAE, que trata da solicitação do governo de Santa Catarina sobre operação de crédito com a União, no valor de R\$ 311,9 milhões, foi adiado, pois o relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), ainda não concluiu seu parecer.

Além dos senadores citados, estiveram presentes na reunião da CAE Bello Parga (MA), Leonel Paiva (DF), João Rocha (TO), Romero Jucá (RR), Elcio Alvares (ES) e Djalma Bessa (BA), do PFL; José Roberto Arruda (DF), Sérgio Machado (CE), Beni Veras (CE) e Lúcio Alcântara (CE), do PSDB; Carlos Bezerra (PMDB-MT) e José Eduardo Dutra (PT-SE).



Coelho explica na CAE destino dos recursos

## Senado promove seminário de comunicação

O Senado promove de segunda a quarta-feira (dia 18) o I Seminário de Comunicação Legislativa. Cerca de 200 profissionais de comunicação social de câmaras de vereadores e assembleias legislativas estarão discutindo as experiências de comunicação realizadas em parlamentos de todo o país.

— Pretendemos trocar informações, imaginar e discutir com os colegas dos estados e municípios formas eficientes de planejar programas e ações permanentes de comunicação, em absoluta sintonia com nosso público comum: a

sociedade brasileira — explicou o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

### ABERTURA

A programação do seminário prevê, logo após a abertura oficial pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a conferência "Comunicação Pública - Democracia e Cidadania", pela professora Heloiza Matos, da USP. Em seguida, Fernando Cesar Mesquita profere a palestra "O Senado Federal e a Comunicação: Uma Experiência em Andamento".

Estarão presentes ao seminário re-

presentantes da Agência Nacional de Telecomunicações e da Associação Brasileira de TV por Assinatura. Eles debaterão a utilização dos canais públicos no novo universo de TV a cabo, a importância dos canais legislativos federais, estaduais e municipais e os conceitos básicos para sua implantação.

As inscrições podem ser feitas via fax-(061) 311-1055; pelo endereço eletrônico [crp@senado.gov.br](mailto:crp@senado.gov.br); ou pelo correio (Serviço 0800 - "A Voz do Cidadão" - Anexo II - B - Térreo - Senado Federal - Brasília, DF - CEP: 70165-900). Maiores informações pelo telefone 0800612211.

## Paiva discute Orçamento em audiência pública

O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, comparecerá na próxima terça-feira, às 14h30, a audiência pública na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para dar esclarecimentos sobre a proposta orçamentária de 1999. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, deputado Lael Varela (PFL-MG).

Os parlamentares também deverão debater a proposta de lei orçamentária para 1999 com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em

data a ser confirmada.

### PALESTRAS

As consultorias de Orçamento, Finanças e Controle do Senado e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados promovem na segunda-feira (dia 16) palestras sobre a apresentação de emendas ao projeto de Orçamento para 1999. As palestras se destinam a assessores parlamentares e serão realizadas no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, a partir das 9 horas, com repetição às 14 horas.

## Joel de Hollanda aplaude obras no Porto de Suape

"O acordo assinado entre a Shell e a Petrobras, para obras de infra-estrutura no Porto de Suape, representa uma nova era de cooperação no setor de energia no Brasil", afirmou ontem o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), esclarecendo ser uma tendência moderna realizar *joint ventures* entre empresas autônomas, sujeitas às regras do mercado.

Para Hollanda, trata-se de obra estruturadora da economia de Pernambuco, muito mais importante do que a refinaria de petróleo que foi objeto de disputa entre estados nordestinos durante tanto tempo. "São investimentos de US\$ 570 milhões, somente na primeira fase, com a construção de um terminal de importação de gás natural liquefeito, a implantação de uma planta de regaseificação e de uma usina termelétrica com capacidade de ge-



Joel de Hollanda destaca efeitos dos investimentos na economia de Pernambuco

ração de 480 MVA."

A assinatura do acordo realizou-se no Palácio do Planalto, na segunda-feira, com a presença do vice-presidente Marco Maciel, do governador eleito de Pernambuco, Jarbas Vasconcellos, e dos presidentes da Shell, David Pirret, e da Petrobras, Joel Rennó, informou o senador.

## Geraldo Melo quer preservar empregos de bancários

Em apelo dirigido ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa Econômica Federal (CEF), o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) solicitou que essas instituições financeiras reconsiderem decisão de transferir serviços de contabilidade, informação, compensação e recursos humanos para Recife e mantenham os atuais postos de trabalho em Natal.

Geraldo Melo salientou que as transferências representam "perda crítica" de postos de trabalho, argumentando que funções que não dependem de contato direto com o público podem ser desenvolvidas em cidades pequenas. Com a revolução tecnológica na área de telecomunicações, as mesmas atividades podem ser desempenhadas até mesmo em casa, disse.

O senador pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de documento firmado pelo Sindicato dos Bancários, Dieese, Conselho Regional de Econo-



Melo teme o impacto da eliminação de 670 postos de trabalho em Natal

mia e Central Única dos Trabalhadores, todos do Rio Grande do Norte. No documento, além do BB e da CEF, há referências ao Bradesco, cujo processo de reestruturação também prejudicaria o Rio Grande do Norte.

"Os impactos passam pela eliminação de vagas, que, somadas, podem chegar a 670 postos de trabalho, e ao enfraquecimento do comércio e da indústria locais", afirmou Geraldo Melo.